

[illegible]

Camila Santos Pereira\*\*

Cadernos do Aplicação | Porto Alegre | jan.-jul. 2018 | v. 31 | p. 29-36

uma turma de Ensino Médio da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trabalhar a temática “Violência contra as mulheres” foi proposta pelo componente curricular Sociologia, sendo que em algumas ocasiões contou com a parceria de colegas docentes de Filosofia, Geografia e História. O foco nesse relato é da experiência em que a Sociologia elaborou e desenvolveu as atividades pedagógicas.<sup>3</sup> Cabe salientar que a presente proposta ocorre dentro de um contexto maior do mundo em que estamos vivendo, no qual é possível perceber uma onda brasileira de conservadorismo, exemplificada em projetos de lei que propõem a retirada de discussões sobre gênero do currículo, bem como de políticas educacionais que novamente discutem a permanência desta disciplina nas instituições escolares.

Trabalhar com violência de gênero propõe colocar em discussão atitudes e posicionamentos cristalizados por um histórico de sociabilidade de um país patriarcal, sexista e violento. A importância de tal temática ser debatida nas escolas deve-se ao fato de tratar de um problema social crônico, que coloca o Brasil entre os países com as taxas de feminicídios mais altas do mundo, ocupando atualmente o 5.º lugar no ranking no *Mapa da Violência* organizado por Waiselfisz (2015). Os dados apresentados neste estudo demonstram que o país atingiu a taxa média de 4,8 homicídios a cada 100 mil mulheres. Durante a década de 2003 e 2013, o número de vítimas passou de 3.937 para 4.762, apontando para cerca de treze homicídios diários. Também chama a atenção no período estudado o acréscimo de 21% em nível nacional de feminicídio, além de revelar o alarmante aumento de 54% de vítimas mulheres negras.

O Rio Grande do Sul apresenta a taxa média de 3,8 homicídios a cada 100 mil mulheres, ficando em 24.º lugar no ranking nacional. Já em nível local, a primeira pesquisa de *Vitimização de Porto Alegre* (2018), realizada pelo Instituto Cidade Segura, revelou cerca de 441 mil casos de violência contra mulheres ocorridos no município entre fevereiro de 2017 e 2018. Do total, 28 mil foram assediadas sexualmente, 44 mil já foram estupradas, 238 mil receberam comentários desrespeitosos na rua, 84 mil foram tocadas sexualmente sem sua autorização e 47 mil foram agarradas ou beijadas à força (STEFANI, 2018).

Com base nesses dados, a estratégia foi articular os conteúdos qualitativos e quantitativos com os meios de resistência desse campo. E o objetivo da proposta era fugir de um determinismo pessimista e da naturalização da violência contra a mulher.

## O público-alvo e a organização das aulas

A EJA possui particularidades, entre as quais a questão geracional, laboral, étnica, religiosa, organização familiar, tempo e motivo de distanciamento da escola. As aulas desta turma em análise aconteciam no período noturno, sendo que a maioria dos alunos trabalhavam durante o dia. A classe era composta por trinta e três estudantes, no entanto, frequentes foram treze mulheres e doze homens, configurando um outro desafio da EJA: a evasão. Somando-se a intermitência na frequência às aulas, justificadas por questões de trabalho, cuidados familiares, situações de violência nos bairros de residência e problemas de saúde.

Quanto ao currículo, os conceitos estruturantes para serem trabalhados na disciplina de Sociologia durante o semestre eram direitos humanos, novos sujeitos de direitos, movimentos sociais, cidadania e violência(s). A fim de organizar um trabalho que contemplasse essa base, o eixo temático destacado versou sobre a articulação entre direitos humanos, novos sujeitos de direitos, que no caso foi mulheres, além de violências, enquanto desrespeito e não efetivação desses direitos garantidos.

Como o foco do trabalho era violências contra as mulheres, fez-se necessário desconstruir e reconstruir o conceito de gênero. Buscou-se inspiração nas ideias de

1 > As aulas foram ministradas pela professora titular da disciplina, Katiuci Pavei, contando com a colaboração dos monitores acadêmicos Camila Santos Pereira e Pedro Dionísio de Mello no planejamento e registro.

Bourdieu (1988, 1994, 2003), de que o mundo social é ordenado e organizado a partir de divisões e classificações, que são forjadas de forma arbitrária, ou seja, construídas e impostas socialmente como poder de dominação. Tais representações mentais surgem a partir da relação de interesses de diferentes grupos sociais, cujos sentidos são configurados por esta construção e tomados como consensos pelo conjunto da sociedade, podendo ser descolados da nossa realidade e nos coagindo a determinadas práticas sociais, sem que se tenha consciência disso, o que acabamos introjetando e naturalizando, na forma intitulada pelo autor de *habitus*. Por essa razão, gênero necessitou ser abordada enquanto uma categoria sócio-histórica e não natural. Partimos da epistemologia que considera gênero uma construção social, constituído a partir das relações sociais que está inserido. Segue uma exemplificação da pesquisadora Louro (2010, p. 11), que se dedica a trabalhar com esse tema, principalmente na esfera escolar:

A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Já quanto à violência, podemos caracterizá-la como o uso de força física, ameaças, xingamentos ou coação contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resultem ou tenham grande probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mal desenvolvimento ou privação. Tais práticas acontecem no ambiente doméstico, intrafamiliar, isto é, de casa ou unidade doméstica, e geralmente são praticadas por um membro da família que viva com a vítima; em espaço público, como no trabalho, nas instituições de ensino, na rua, nos meios de transporte ou, ainda, por meio difuso, como nas mídias e meios de comunicação (BRASIL, 2005).

No caso de violências contra as mulheres, podemos dividir em duas categorias: as visíveis que podem ser categorizadas como formas explícitas, sendo elas ameaças, estupro e agressão física, sua consequência extrema seria o feminicídio. A outra categoria seria a invisível, ou seja, formas mais subjetivas e simbólicas de violência, exemplificadas por Kohan (2018) como chantagem emocional, culpabilização, controle, machismo na mídia e *invisibilização*.

A partir dessas teorias estruturantes os planos de aula foram organizados. Causar o estranhamento aos papéis de gênero estabelecidos na cultura brasileira atual foi o primeiro passo.

## As aulas

Foi trabalhada por oito aulas essa temática, sendo que os três primeiros encontros introdutórios tiveram como objetivo apresentar e situar historicamente os papéis de gênero e os conceitos de direitos humanos.

A metodologia da primeira aula foi utilizar materiais concretos como ecografia 4D, cores, objetos, roupas, brinquedos, temas de festas, entre outros, que envolvem o cotidiano do processo de gestação e os primeiros anos de vida de uma criança. A tônica seria desconstruir os mitos e estereótipos em relação aos papéis de gênero, no que tange a ideia de coisa de menina e de menino, tendo como fundamento teórico o conceito de *habitus* de Bourdieu (1988 e 1994).

No encontro seguinte, foram apresentados dois vídeos sobre a história dos Direitos Humanos. O primeiro intitulado *A História dos Direitos Humanos* (2013) com enfoque nos documentos desde a Antiguidade que visavam de alguma forma estabelecer um comum acordo sobre o direito das pessoas até a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Já o segundo documentário, *Direitos Humanos, a Exceção e a Regra*, produzido por Cardia (2008), trazia as relações sociais no Brasil, os altos índices de violência, miséria, desigualdade racial e social. Com isso, foi realizado um debate com questionamentos da percepção dos(as) estudantes como sujeitos(as) de direito, entre outras questões.

Já a terceira aula, como uma atividade complementar às dinâmicas do dia Internacional da Mulher, foi realizada de forma integrada com as disciplinas de História, Geografia, Filosofia. O recorte da proposta desenvolvida foi analisar materiais colhidos de revistas voltadas aos ditos públicos feminino e masculino, no que tange representações estereotipadas de mulheres na mídia. Outrossim, debateu-se sobre quais são os *tipos ideais* (enquanto construção social) de mulheres com maior visibilidade nas novelas e propagandas, utilizando-se para tal categorias sociais como classe, etnia, raça, idade, corporeidade, demonstrando o próprio desrespeito à diversidade do feminino. Logo após o grupo de estudantes elaborou cartazes para serem afixados no colégio com suas reflexões, provocando os leitores a pensar sobre o assunto.

Na continuidade das aulas do plano de ensino ocorreu a discussão e aprofundamento quanto a compreensão e combate à violência contra as mulheres. No quarto encontro percebeu-se por meio de questionamentos que, inicialmente, as alunas não se viam vítimas nem vitimizadoras. Entretanto, ao apresentar uma tipologia, inúmeros relatos foram trazidos por alunas e alunos de situações concretas vivenciadas por elas mesmas ou por terceiras próximas. Através da apresentação de slides, foi conceituado o que é violência, a cultura da violência contra as mulheres e a tipificação de violência, a saber: física, moral, patrimonial e econômica, psicológica, sexual e simbólica. Além de utilizados como subsídios imagens, gráficos ilustrativos, estatísticas e campanhas tanto regionais quanto nacionais.

Na quinta aula, contamos com a participação do professor de História e utilizamos como recurso didático uma música, por considerarmos um meio pelo qual representações sociais circulam no nosso cotidiano com facilidade e, em muitas vezes, sem maior criticidade. Optamos em escolher uma canção do gênero musical sertanejo universitário, considerado mais “romântico”, justamente para repensá-lo. “Vidinha de balada”, da dupla Henrique e Juliano, composta por Diego Silveira et al., que vem fazendo sucesso e arrebatando um alto número de fãs mulheres, nitidamente emocionadas, conforme observável no videoclipe. A proposta da atividade era os(as) estudantes realizarem um exercício escrito que visava a interpretação do viés autoritário e machista presente na canção, na qual o homem quer obrigar a mulher a namorar e a casar com ele. Inicialmente foi passado o vídeo e solicitado que prestassem atenção aos sujeitos que cantavam e ao público que acompanhava o show. Percebemos que no começo os(as) alunos(as) ao ouvirem o som começaram a embalar seus corpos, mas ao se darem conta do que se tratava a letra, pararam. No momento seguinte foi entregue a letra e iniciado o debate. Uma aluna afirmou que até pouco tempo gostava de ouvir e cantarolava essa referida canção, mas quando se deu conta da letra achou um absurdo e não mais o fez. Por fim foi entregue um roteiro de análise textual. Observamos que a turma se demonstrou crítica quanto ao teor da letra, mas a maioria, ao ser questionada se haveria alternativa à personagem feminina retratada na música, considerou não visualizar, demonstrando resignação à situação de coerção. Podemos destacar um caso de uma aluna que oferece uma alternativa de escolha para a personagem:

As possíveis reações deve ser de não, vou namorar se eu quiser, vou casar se eu quiser e não aceitar pacificamente as decisões dele, e que a decisão de estar com alguém é querer estar com alguém, depende de ambos (ALUNA, 23 anos).

Já como preparação para o debate da aula seguinte foi sugerido aos estudantes que lessem o capítulo três do livro didático *Sociologia* (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013), distribuído no início do ano letivo, no qual trata sobre as origens e manutenção da histórica organização familiar patriarcal. Neste modelo o parentesco engloba relações de poder, dominação masculina e subordinação feminina, cujas relações assimétricas entre os indivíduos servem para impor autoridade e influenciar, podendo se valer de meios físico-materiais e simbólicos, como a violência, a persuasão, a pressão, o assédio, a sedução e até a própria educação, os valores, a moral.

Assistiu-se ao vídeo *Um sonho impossível?*, publicado no canal do YouTube da ONU Brasil, o qual narra em forma de animação o cotidiano de uma mulher mãe, esposa e trabalhadora explorada, exercendo atividades domésticas e de cuidado com a família, ensinando a sua filha na reprodução deste papel feminino. No entanto, a personagem sonha com uma vida de mudança. Tal recurso audiovisual serviu como disparador do debate que procurou chamar a atenção dos alunos para o caráter eminentemente cultural das diferenças entre os gêneros, exemplificados no que a sociedade de seu tempo espera das mulheres e dos homens quanto aos seus comportamentos, posturas, papéis e funções.

O sétimo encontro contou com a colaboração da professora de Geografia. Apresentamos alguns mecanismos de resistência em níveis micro e macro, através de slides, vídeos e textos. Compreendemos como resistência micropolítica as ações do cotidiano, das relações pessoais, isto é, a não reprodução de preconceitos, culpabilização da vítima, o questionamento e enfrentamento a piadas discriminatórias, a reflexão sobre as ações e costumes diários. Ressaltamos a importância de ao saber de casos, buscar acolher, amparar e apoiar essas mulheres sem julgamentos, pois na maioria das vezes, devido ao ciclo de violências nas quais elas estão imersas, acabam não conseguindo enxergar o que de fato estão vivendo e sofrendo. Além disso, pontuamos a necessidade de nosso papel ativo, evitando assim o posicionamento omissivo, exemplificado, pelo provérbio popular “briga de marido e mulher não se mete a colher”. Já a resistência macropolítica seria representada pelos sindicatos, movimentos sociais, associações de bairro entre outros recursos. Através da articulação dessas organizações, conquistas como a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), a Lei de Feminicídio (BRASIL, 2015), e a nossa própria Constituição Federal (BRASIL, 1988) foram realizadas, sendo as duas primeiras discutidas nesta aula. Apresentamos campanhas como Movimento Vamos Juntas (SOUZA, 2015), que surgiu da ideia de uma jornalista porto-alegrense de postar no seu Facebook o convite para mulheres acompanharem outras nas ruas, evitando, assim, ficarem sozinhas e à mercê de violências, sendo que o projeto expandiu para outras ações, como relatos de vivências (<http://www.movimentovamosjuntas.com.br/>) e *Think Olga* (<https://thinkolga.com/>), que se trata de um projeto de hub de conteúdo organizado pela ONG feminista Olga, criada em 2013. Por fim, entregamos um panfleto informativo, que elaboramos com endereços e telefones da rede de atendimento à mulher vítima de violência dividida em: acolhimento, denúncia e atendimento jurídico, atuante em Porto Alegre, conforme anexo 1. Vale a pena destacar que houve casos de alunas que levaram exemplares adicionais para entregarem às suas conhecidas. Tal prática reforçou a importância da escola como meio socializador de informações e das estudantes como agentes multiplicadoras de saberes e de ajuda no combate à violência contra mulheres.

Na oitava e última aula foi aplicada uma atividade avaliativa de fechamento integrada com as disciplinas de Geografia e História, elaborada com questões dissertativas e objetivas sobre a temática trabalhada. Com a proposta de fazer esse documento como um próprio meio de estudo, apresentou-se informações e imagens ilustrativas, bem como campanhas de conscientização. Na questão dissertativa foi proposta a construção de um texto argumentativo com propostas de mudanças à realidade da violência contra as mulheres no Brasil. Entre as respostas os destaques foram o apontamento da escola como

um meio de mudança em relação a essa temática. Também foi apresentado a importância das ações governamentais em relação à informação e ao incentivo à denúncia. Em algumas respostas foram apontadas a importância da escola e das campanhas informativas, como as selecionadas a seguir:

Eu acredito que as campanhas precisam ser cada vez maiores, iniciar dentro de casa com pai e mãe e desde a pré-escola para que possam crescer respeitando e não vendo a mulher como objeto sexual, para que a mulher possa sair, e não ser melhor que o homem mas pode ser igualmente tratada com respeito (ALUNA, 37 anos).

Nos casos domésticos, os órgãos responsáveis deveriam estar mais atentos às denúncias, que geralmente, vai acumulando, até acontecer as tragédias que estamos acostumados a ver em jornais, noticiários, redes sociais, etc. As pessoas deveriam ser mais informadas e incentivadas sobre o assédio e violência, e o que fazer, a quem recorrer. Na minha opinião, falta informação (ALUNO, 30 anos).

## Desafios futuros

Entre os inúmeros assuntos que trabalhamos na EJA do CAp, percebemos que alguns inquietam mais o grupo de estudantes e que consideramos, por assim dizer, polêmicos e desafiadores ao docente. Nesse caso, destacamos as questões relacionadas à temática gênero, no que tange relações, preconceitos, desigualdades e violências. Consideramos por que tal situação está muito próxima ao dia a dia dessas alunas e alunos. Portanto, em consonância com as ideias de Hernández (1988), buscou-se uma *educação para a compreensão*.

Ao apresentar tal discussão, a turma não se mostrou resistente a reconhecer a dura realidade da violência contra as mulheres no Brasil, ilustrando as aulas com inúmeros exemplos. A partir das vivências, as violências praticadas contra as mulheres não foram negadas pelos(as) estudantes, sendo que o repúdio a tais práticas foi considerado unânime. Porém, o sentimento de impossibilidade de mudanças desse problema foi constante. Mesmo apresentando mecanismos de resistência e campanhas que mostraram uma efetiva mudança, a reação com o uso de armamento foi a alternativa majoritária apresentada pela turma, exemplificada na máxima fatalista “eu mato (o agressor) ou eu morro”.

Os próximos passos nesse projeto de ensino é destacar a participação de mulheres que constroem o movimento de resistência para falar sobre suas experiências, servindo como um contraponto importante para trabalhar com a turma, demonstrando que a consolidação dos movimentos sociais como projetos que fazem a diferença, porém não podem ser a única opção. A responsabilidade do Estado não pode ser isentada. Também aprofundaremos a análise sobre as percepções das mulheres e dos homens estudantes do Ensino Médio da EJA acerca de relações, desigualdades e violências de gênero nos ambientes intra e extraescolar. Abordaremos a singularidade das condições sociais de vida e de violências sofridas pelas mulheres negras, que se trata do grupo social com maiores taxas de vitimização (física, social e econômica). Buscaremos também convidar as alunas e os alunos para participarem de oficinas de discussão e elaboração de materiais pedagógicos, bem como atividades voltadas à comunidade escolar. Almejamos desenvolver práticas pedagógicas e materiais de apoio que situe a EJA como espaço de educação com a abordagem antidiscriminatória, possibilitando a inclusão, a visibilidade e a discussão permanente sobre questões de gênero, conforme aponta a necessidade no amplo relatório *Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados* (2014), organizado pelos especialistas Catelli Jr., Haddad e Ribeiro. Além disso, agendamos com um grupo



interdisciplinar especializado em acompanhamento e assessoria de mulheres vítimas de violências para ministrarem encontros com os(as) estudantes.

Está presente na LDB que a finalidade da educação é desenvolver no educando o seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996). Portanto, faz parte desse papel construir com os(as) estudantes saberes a partir de um conhecimento científico sobre a realidade do seu país. Hoje entendemos que ao falar sobre democracia também implica falar de direitos humanos, desigualdades sociais e questões de gênero. Por isso, acreditamos que ocupar o espaço escolar com essa discussão é fundamental para a busca de uma prática real de cidadania, visando o respeito às diferenças e almejando a igualdade de direitos fundamentais.

## Referências

- A HISTÓRIA dos Direitos Humanos. [S. l.: s. n.], 2013. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Simone Silva. Trecho adaptado do documentário produzido pela YFHR. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=quQqPC7WME>. Acesso em: 5 mar. 2018.
- ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. *Sociologia*. 1. ed. São Paulo: Editora Scipione, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Lições da Aula*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Acesso em: 1 mar. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm). Acesso em: 1 mar. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 1 mar. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm). Acesso em: 1 mar. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Enfrentando a Violência contra a Mulher*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.
- CATELLI JR., Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (org.). *Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados*. São Paulo: Ação Educativa, 2014.
- DIREITOS Humanos, a Exceção e a Regra. Direção: Gringo Cardia. Rio de Janeiro: Projeto Marco Universal, 2008. Disponível em: [http://portacurtas.org.br/filme/?name=direitos\\_humanos\\_a\\_excecao\\_e\\_a\\_regra](http://portacurtas.org.br/filme/?name=direitos_humanos_a_excecao_e_a_regra). Acesso em: 24 abr. 2018.
- HERNÁNDEZ, Fernando. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 1988.
- KOHAN, Marisa. *Acabar con la discriminación, la forma más eficaz de atajar la violencia de género*. Público, Madrid, 2018. Disponível em: <http://especiales.publico.es/es/25n-las-discriminaciones-ocultas/acabar-con-la-discriminacion>. Acesso em: 8 maio 2018.
- LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- OLGA. *Think Olga*. São Paulo: Olga, 2013. Disponível em: <https://thinkolga.com/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948*. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 1 mar. 2018.

SOUZA, Babi. *Vamos Juntas?* Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.movimentovamos-juntas.com.br/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

STEFANI, Francieli. Pesquisa revela 441 mil casos de violência contra mulheres em Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1 fev. 2018. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2018/2/641344/Pesquisa-revela-441-mil-casos-de-violencia-contra-mulheres-em-Porto-Alegre>. Acesso em: 10 mar. 2018.

UM SONHO impossível? [S. l.: s. n.], 2012. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo canal ONU Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dKSdDQqkmlM>. Acesso em: 1 mar. 2018.

VIDINHA de balada. Intérpretes: Henrique e Juliano. Compositores: Diego Silveira et al. In: O CÉU Explica Tudo. Intérpretes: Henrique e Juliano. São Paulo: Som Livre, 2017. 1 DVD, faixa 4. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PnAMEe0GGG8>. Acesso em: 4 abr. 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, DF: Flacso, 2015. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015\\_mulheres.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php). Acesso em: 10 mar. 2018.

## Anexo 1

### Redes de resistência: serviços de atendimento à mulher em Porto Alegre (POA).

Central de Atendimento à Mulher – SPM Nacional – Ligue 180 (24 horas)
Disque-denúncia – RS – Tele Lilás – 0800.5410803 – Atendimento: 8h30 - 18h, 2ª f - 6ª f
Denúncias online – Polícia Civil – RS – <a href="http://www.pc.rs.gov.br/denuncie/pessoas">http://www.pc.rs.gov.br/denuncie/pessoas</a>
Patrulha Maria da Penha – Brigada Militar – Ligue 190
Delegacia da Mulher POA – Av. João Pessoa, 2050 - Fone: 3288.2171 / 3288.2173
Casa de Apoio Viva Maria (acolhimento) – Endereço sigiloso. Entrar em contato com a Delegacia da Mulher.
Ocupação Mulheres Mirabal (acolhimento) – R. Duque de Caxias, 380 – Centro Histórico, POA – Fone: (51) 99822.2722 – Atendimento: 24 horas
Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado – Travessa Tuyuty, 10 – Centro Histórico, POA – Fone: 3286.7573 – Atendimento: 8h30 - 18h, 2ª f - 6ª f
Centro de Referência de Atendimento à Mulher Márcia Calixto (CRAM) – R. dos Andradas, 1643, sala 301 – Centro Histórico, POA – Fone: 3289.5110 – Atendimento: 8h30 - 12h e 13h30 - 18h, 2ª f - 6ª f
Foro Central (acolhimento e ajuizamentos) – POA – R. Márcio Luís Veras Vidor, 10, sala 502, 5.º andar. Fone: 3210.6500
JUS Mulher – Atendimento jurídico e psicológico para mulheres – Fone: 3225.7272 – Atendimento: 9h - 12h e 14h - 17h (2ª f - 5ª f), 9h - 12h (6ª f)
SAJU – UFRGS: Avenida João Pessoa, 80 – Centro Histórico, POA – Fone: 3308.3967 – Atendimento: 14h - 20h, 2ª f - 6ª f
Núcleo Especializado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência – R. 7 de Setembro, 666 – Centro Histórico, POA – Fone: 3225.0777. Vinculado à DPE (Defensoria Pública).